

4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária

*Economia Popular e Solidária como Política Pública: construindo territórios
democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação*

Documento Referencial

Conselho Nacional de Economia Solidária
Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária – SENAES/MTE



Brasília, abril de 2024.

Sumário

1. Introdução e histórico das conferências de Economia Solidária.....	3
2. Democracia e participação social	4
2.1. O que é uma Conferência?.....	4
3. Economia Popular e Solidária como política pública: construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação.	5
3.1. Territórios e territorialidades	6
4. Contexto da Economia Popular e Solidária.....	8
4.1. Análise de conjuntura	8
4.2. Balanço das políticas públicas de economia solidária	10
4.2.1. Acúmulos e avanços	11
4.2.2. Os desafios pós golpe	12
4.2.3. Desafios e oportunidades para a reconstrução.....	13
4.3. As mulheres que vivem e trabalham com a economia popular e solidária.....	15
4.4. Juventudes e economia popular e solidária.....	16





4ª Conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO



1. Introdução e histórico das conferências de Economia Solidária

A primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, ocorrida na capital federal entre 26 e 29 de junho de 2006, com o tema: *“Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”*, representou um marco decisivo na consolidação dos princípios e identidade da Economia Solidária como uma estratégia de desenvolvimento. Durante o evento, foram estabelecidas prioridades para as políticas públicas no âmbito da Economia Solidária, abrangendo áreas como crédito e finanças solidárias, produção e comercialização, marco legal, formação e comunicação.

Em 2010, o Conselho Nacional de Economia Solidária promoveu a segunda edição da Conferência, que se realizou nos dias 16 a 18 de junho daquele ano, com o tema: *“Pelo Direito de produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”*. O propósito da 2ª CONAES era de avaliar os avanços, limites e desafios da Economia Solidária, além de reforçar o direito a formas de organização econômica que se fundamentam no trabalho associado, na cooperação, na autogestão, etc. A 2ª CONAES fortaleceu o diálogo com o congresso e as deliberações influenciaram a formulação dos objetivos e ações do Plano Plurianual (2012 a 2015).

A última CONAES foi realizada de 27 a 30 de novembro de 2014, em Brasília, com o tema: *“Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”* e o objetivo de realizar um balanço das políticas públicas de Economia Solidária, mas, como tarefa principal, elaborar Planos de Economia Solidária, nos territórios, municípios, estados e federal.

O quadro abaixo sintetiza, em números, a amplitude da mobilização para a realização de cada Conferência de Economia Solidária realizada até o momento.

	Nº de participantes			Nº de participantes	
	Territoriais	Estaduais	Temáticas	Nacional	Todas as etapas
1ª CONAES	159	27	-	1.352	16.976
2ª CONAES	187	27	5	1.613	20.459
3ª CONAES	207	26	5	1.500	21.825

Transcorridos dez anos desde a última Conferência Nacional e considerando o contexto e a necessidade de reorganização da Economia Popular e Solidária no Brasil, o Conselho Nacional de Economia Solidária, após sua reinstalação, em novembro de 2023, decide preparar e convocar a 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária que será realizada de 10 a 13 de abril de 2025, sendo precedida de etapas preparatórias conforme calendário abaixo:

Etapa	Prazo
Locais (municipais ou intermunicipais)	abril a junho de 2024



Temáticas ou livres	junho a outubro de 2024
Estaduais	novembro e dezembro de 2024
Sistematização das propostas	janeiro a março de 2024
Nacional	10 a 13 de abril de 2025

2. Democracia e participação social

Uma democracia efetiva requer a criação de ambientes propícios para o diálogo e colaboração, visando o desenvolvimento de políticas públicas que atendam aos interesses das populações. Os conselhos e Conferências são espaços criados para garantir plena participação social na elaboração, implementação e gestão de políticas públicas. É preciso lembrar que o Brasil é um país democrático, mesmo que sua democracia ainda esteja em construção, portanto, ainda frágil.

A palavra democracia significa que o “poder vem do povo”, ou seja, é a população que escolhe quem irá governá-la de acordo com a preferência da maioria. Mesmo que alguém vença uma eleição é bem importante lembrar que os governos devem atuar para toda população, independente de preferência política, raça, sexo, classe ou religião.

Geralmente, ouvimos falar bastante de democracia em época de eleição. Votar em nossos representantes é uma forma de participar da vida política do país, Estado e Município. Sem dúvida este é um momento muito importante porque votamos em pessoas que nos representam. Mas a democracia não é somente representativa. No Brasil, temos espaços previstos na Constituição de 1988, que possibilitam nossa participação direta na elaboração, definição e controle social das políticas públicas.

2.1. O que é uma Conferência?

Uma Conferência é um instrumento da democracia que reúne governantes, sociedade civil organizada para debater e orientar a construção de políticas públicas em diversos temas de interesse social.

Várias políticas públicas que conhecemos hoje foram propostas, aprimoradas ou redefinidas desta forma. As conferências devem acontecer periodicamente e são convocadas pelo poder público. A ideia principal é garantir a participação ampla da sociedade civil, movimentos e organizações.

As conferências acontecem, geralmente, de forma descentralizada, ou seja, temos etapas que começam nos municípios, estados até alcançar a etapa nacional. Os(as) delegados(as) escolhidos nas etapas preparatórias devem defender as propostas e prioridades elaboradas nos seus territórios.

As conferências podem debater diferentes temas. No nosso caso, vamos realizar uma Conferência sobre o tema de Economia Popular e Solidária. Desde 2003, já foram realizadas três Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES). A primeira foi em 2006, a segunda, realizada em 2010 e a terceira, em 2014



Todos estes espaços reuniram milhares de pessoas de todo o Brasil para construção de propostas e, na última edição, avançamos na construção do 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2014-2019).

No ano de 2025, vamos realizar a 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária (4ª CONAES), visando a elaboração do 2º Plano Nacional de Economia Solidária. Por isso, é extremamente importante a nossa participação nestes espaços, pois juntos somos mais fortes!

3. Economia Popular e Solidária como política pública: construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação.

O tema da 4ª CONAES, definido pelo Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES, resgata o enfrentamento das trabalhadoras e trabalhadores frente à dinâmica econômica do capitalismo, marcada pela competição e pelo empreendedorismo individual. A economia popular e solidária, que contrapõe essa lógica, já é vivenciada há muitas centenas de anos no Brasil de diversas formas e em territórios e territorialidades diferentes. Ela reúne trabalhadoras e trabalhadores do meio popular urbano e rural, operários que administram fábricas que estavam falidas, camponeses e camponesas com terra e sem terra, indígenas, caboclos, povo de quilombos, do trabalho manual e do artesanato, trabalhadoras e trabalhadores da reciclagem de resíduos sólidos, da pesca, da educação, das artes e da cultura. Abrange também aqueles que estão desempregados ou em busca de trabalho e que desejam se organizar coletivamente. A maioria é composta por mulheres, negras.

A Economia Popular e Solidária, baseada no trabalho associado, busca quebrar o isolamento nas relações humanas, nas relações de trabalho e na produção que o neoliberalismo aprofundou. O trabalho coletivo sem padrão, sem exploração e sem a divisão sexual do trabalho é diferente do emprego que nasce com o capitalismo. A Economia Popular e Solidária é uma outra economia que busca a convivência com os ecossistemas e o respeito da condição de natureza nos humanos e não humanos.

A economia popular e solidária tem como pilares de sustentação e princípios a AUTOGESTÃO, a SOLIDARIEDADE e a COOPERAÇÃO.

Não se deve confundir solidariedade com caridade e filantropia. A solidariedade é prática cotidiana entre as trabalhadoras e trabalhadores que confiam e acreditam na sua capacidade e possibilidade de construir uma economia diferente, compartilhando os resultados do trabalho e respeitando também o trabalho reprodutivo e o meio ambiente. Há um campo de aprendizagens e descobertas na autogestão.

A 3ª CONAES define muito bem que “O aprendizado da autogestão ocorre no cotidiano desses empreendimentos por meio das soluções e instrumentos democráticos de participação ativa nas tomadas de decisão. A formação permanente e sistemática dos trabalhadores da economia solidária é fundamental nesses processos.” (2014, pg.23).



Mas essas iniciativas e empreendimentos que formam a economia popular e solidária carecem de maior reconhecimento do seu valor e dos direitos dos homens e mulheres que a praticam onde estiverem.

As práticas de economia popular e solidária que resistem e que sustentam milhares de pessoas e suas famílias criam novas dinâmicas de sociabilidade desde o chão de vida e de trabalho, no território, fortalecendo laços de cooperação entre si e com as diferentes organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais, das Instituições de Ensino Pesquisa e Extensão, das Organizações Não-Governamentais, de povos e comunidades tradicionais e especialmente a cooperação entre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

A integração das políticas públicas no território permite alavancar a construção socioeconômica e cultural em diversas dimensões no campo da saúde, da educação, da infraestrutura, dos mercados, da legislação, dos investimentos e das finanças e da participação social e política. Cabe aos poderes públicos identificarem as iniciativas de economia popular e solidária realizadas na prática cotidiana dos territórios e os setores em que atuam (agricultura familiar, agroecologia, cooperativas de trabalho, finanças solidárias, dentre outros) para direcionar de forma mais eficaz os recursos públicos para a produção, a comercialização, a formação e o fomento, de maneira integrada. Assim, os impactos sociais e econômicos podem ser gerados em maior proporção no território.

Por fim, o tema proposto da 4ª CONAES pretende o diálogo profundo que possa levar a uma prática de superação de processos históricos de opressão, desigualdade e indiferenças, e seja acompanhada da junção entre a prática e o conhecimento ancestral, popular e acadêmico para a transformação social, visando desenvolver uma cultura e educação popular e solidária, com liberdade e democracia, nas suas diferentes perspectivas para o Bem Viver.

3.1. Territórios e territorialidades

A política pública de Economia Popular Solidária pretende agregar as iniciativas individuais ou familiares em grupos, espaços associativos, cooperativas, redes de colaboração solidária nas mais diversas atividades e setores econômicos e socioculturais, principalmente nos territórios.

O território é o espaço onde acontecem as relações culturais, políticas, sociais e econômicas e de poder marcadas por conflitos, identidades e diversidades. É nele onde as pessoas vivem, trabalham, interagem e constroem sua sociabilidade, seus afetos e sua cultura. É um ambiente dinâmico que expressa múltiplas informações, energias, redes identitárias e modos de vida.

A territorialidade refere-se às práticas e representações sociais que as pessoas constroem no território. São as formas como as pessoas ocupam, usam e significam esse espaço, moldando e sendo moldadas por ele. Essas práticas e representações podem variar de acordo com a cultura, com a história e com o contexto socioeconômico e ambiental do território.



Essas práticas incluem os povos originários, formas de organização comunitária tradicionais e urbano-periféricas com suas expressões artísticas e culturais, relações de poder e resistência, e são influenciadas pelo contexto histórico, social, econômico e ambiental. A economia popular e solidária existe nos territórios de forma a contribuir para o desenvolvimento local sustentável. Apresenta-se de maneira resiliente em vários territórios, criando territorialidades próprias ao longo do tempo. Nessa resiliência tem se recomposto e mantém sua importância ao agregar as experiências de trabalhadoras e trabalhadores excluídas/os do sistema capitalista ou que têm suas próprias econômicas e modos de vida como, por exemplo, o campesinato e os povos indígenas e quilombolas.

Ao manter sua sociabilidade com base nos mais próximos nas comunidades urbanas e rurais, a economia popular e solidária cria um potencial local de dinamização de baixo para cima e de dentro para fora, possibilitando a circulação da renda no local e o controle da riqueza por aqueles que trabalham e produzem no território. Nesse sentido, produz uma territorialidade que lhe é condizente.

O poder da economia popular e solidária sempre será territorial, promovendo a valorização do trabalho local, a sustentabilidade socioambiental, gerando transformações e compondo uma paisagem que imprime um desenvolvimento com sustentabilidade, aprendizados, interações justas e horizontais, constrói uma força própria vinculada a investimentos materiais e imateriais.

É nos bairros, ruas, comunidades, aldeias, municípios, entre outros, onde nasce e se desenvolve a economia popular e solidária a partir de seus vínculos de vizinhança, parentesco, de amizades, festejos e crenças e luta pela sobrevivência e resistência cultural. Assim, com base na confiança reúnem-se e se juntam para criar uma base mais sólida de produção, comercialização e finanças. Desta forma, tem se construído territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação. Estas experiências contêm um processo pedagógico importante para criação de uma outra economia que se contrapõe aos valores e modo de produção do capitalismo: a economia popular e solidária.



4. Contexto da Economia Popular e Solidária

A situação dos mais pobres, sejam das cidades, submetidos à servidão ou emprego precário, e dos camponeses expulsos de sua atividade produtiva pelo avanço do capital e da propriedade privada, ao longo de séculos, motivou a busca de alternativas que pudessem contribuir com o enfrentamento dos malefícios e descalabros do mercantilismo e do capitalismo e que permitisse possibilidades de organização que tanto resolvessem os problemas dos trabalhadores explorados como pudessem ser base para a construção de uma nova sociedade, através da ação conjunta e aplicação de iniciativas de ajuda mútua.

No Brasil, experiências diversas foram desenvolvidas no meio popular, especialmente a partir da década de 90 do século passado buscando-se o meio termo entre a ação autônoma e anticapitalista no próprio sistema capitalista (abrindo espaços a partir de pequenas experiências articuladas) e o objetivo revolucionário de transformação da realidade (que não deve ser abandonado) e a isso tudo se convencionou chamar de Economia Solidária ou Economia Popular e Solidária, em algumas regiões. Segundo Paul Singer, a Economia Solidária surge no Brasil “no final do Século XX como resposta dos trabalhadores as novas formas de exclusão e exploração no mundo do Trabalho”.

4.1. Análise de conjuntura

Diferentemente do ocorrido no início do século XX, as trabalhadoras e trabalhadores em atividades informais que experimentaram práticas coletivas de trabalho, agora são fortemente estimuladas a organizarem-se individualmente para prover suas atividades econômicas, em uma onda de empreendedorismo individual, com políticas de crédito e assessoria técnica. Essas práticas individuais, aliadas ao crescente pensamento conservador da sociedade, bloqueiam a ideia de organização coletiva e econômica de trabalhadoras e trabalhadores, portanto, reduzindo possibilidades de avanço da Economia Popular e Solidária. Soma-se a isso, sucessivos programas de incentivos fiscais e linhas de crédito subsidiadas para grandes empresas privadas, que, tradicionalmente, exploram a mão de obra para geração de lucros individuais.

Essa lógica neoliberal imperou após o golpe de 2016, hegemonizando a postura de valores da concorrência e competição entre trabalhadores, do individualismo, do empreendedorismo e da meritocracia frente a desestruturação do mercado de trabalho, gerando mais desemprego e informalidade. O desemprego atingiu patamares alarmantes, alcançando, 14,9 milhões de pessoas em 2020. E a informalidade cresceu em decorrência das alterações na CLT e da redução do poder sindical.

A crise sanitária global iniciada em 2020 exacerbou as condições de trabalho no Brasil, com um aumento significativo de casos de trabalho análogo à escravidão, que foram registradas nos anos seguintes. Em 2023,



foram resgatados, 944¹ trabalhadores em condições análogas à de escravidão. Em 2021 foram 1.959, em 2022 outros 2.587 e, finalmente, em 2023, mais 3.240 trabalhadores resgatados.

As desigualdades socioeconômicas se ampliaram nos anos 2020 e 2021, sobretudo para mulheres e meninas, na população negra e grupos indígenas, em especial no Norte e Nordeste. A fome atingiu 65% dos lares liderados por pessoas pretas e pardas, e quatro de cada 10 milhões de famílias das regiões Norte e Nordeste sofreram algum grau de insegurança alimentar em 2022.

Vivemos em uma era de crises múltiplas e globais. Conflitos armados, degradação ambiental e a exploração excessiva de recursos naturais e humanos ameaçam nosso planeta, impulsionados pela busca incessante de lucro e consumo desmedido. “A Terra está com febre”, observa Ailton Krenak. Na visão capitalista, tudo pode ser transformado em produto para venda ou exploração, incluindo elementos vitais como terra, ar, vento e água. As mudanças climáticas provocam flutuações extremas de temperatura, trazendo calor intenso ou frio severo a regiões anteriormente estáveis.

Como esses problemas ambientais se apresentam no seu município ou território? O que se tem feito? Como enfrentar esses desafios?

No campo político, mesmo com avanços significativos do governo Lula, de 2003 a 2010, e apesar dos avanços do primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff, sua reeleição, em 2014, desencadeou uma série de estratégias por parte das forças conservadoras e as corporações do agronegócio para minar seu governo. Isso incluiu pressão para adotar políticas econômicas conservadoras, desgaste contínuo através do Congresso e da mídia, e manifestações de rua. Apesar dos sucessos dos programas sociais do PT, que resultaram em melhorias significativas nos índices sociais do país, o governo enfrentou paralisia política e desafios econômicos, exacerbados por uma recessão internacional e uma campanha negativa da mídia.

No conjunto, a estratégia das forças conservadoras obteve êxito resultando no impedimento de Dilma, com o “golpe parlamentar” em 2016, seguido pela ascensão do governo Temer e a forte retomada de políticas neoliberais, inaugurando, também, um ciclo de refluxo, com perseguição e criminalização dos movimentos democráticos e populares, principalmente na luta pela terra e territorialidade dos povos indígenas. Assim, estava construído o cenário para a vitória do bloco de direita, elegendo um candidato da extrema-direita, com fortes indicativos de um governo de caráter fascista com apoio de uma parte significativa das forças militares.

Este período foi sumamente agravado pela pandemia de Covid 19, iniciada em 2020 que revelou um descaso do Jair Bolsonaro à vida com o negacionismo da pandemia e a falta de estrutura sanitária para combater o vírus que levou a morte de cerca de 700 mil pessoas. O Brasil voltou ao mapa da fome, após longos anos de

¹ Dados do Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil. <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>



esforços de pessoas e organizações comprometidas com a vida. A floresta amazônica teve incêndios gigantescos levando a morte de pessoas, da biodiversidade e contribuindo para o aumento da crise climática.

No campo da economia popular e solidária, entre 2003 e 2014, foram registrados avanços importantes para a política pública que chegaram a muitos trabalhadores e trabalhadoras, o que possibilitou uma certa visibilidade, principalmente para os catadores e catadoras de material recicláveis. Isso deu força para a construção de uma Política Pública de Economia Popular e Solidária, e não apenas ações isoladas e eventuais

O Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), contudo, não pode ser implementado diante do esvaziamento da SENAES iniciado em 2016, culminando com sua extinção, assim como o Ministério do Trabalho e Emprego, em 2019. Além disso, o desmonte das políticas públicas, a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, o refluxo ou mesmo congelamento de órgãos como o CNES e outros Conselhos de Políticas Públicas acentuaram o enfraquecimento político do FBES e o fechamento de muitos EES, gerando um cenário de enorme fragilidade institucional para a Economia Popular e Solidária.

Ainda assim, a Economia Popular e Solidária resistiu em duras condições e, conseguiu realizar uma Plenária Nacional que reuniu mais de 200 pessoas, em Brasília, no ano de 2022 e que foi precedida de discussões virtuais nos estados e regiões, reafirmando a economia popular e solidária como estratégia de resistência e alternativa à crise do capitalismo, na luta pela radicalização da democracia.

Uma novidade importante nesta conjuntura da Economia Popular e Solidária foi a realização da 3ª CONAES e, seu principal resultado, a elaboração do 1º Plano Nacional de Economia Solidária que, com a ascensão da extrema direita ao governo, ficou à espera de nova conjuntura para se tornar realidade. Esse momento surge agora com um 3º ciclo aberto pela ascensão de Lula outra vez a Presidência, embora em condições de uma frente ampla com o centro-direita.

4.2. Balanço das políticas públicas de economia solidária

Nas experiências anteriores e no balanço realizado durante a 3ª CONAES, constatou-se que, embora experimentado uma grande expansão, as políticas públicas de Economia Solidária ainda são insuficientes para atender, em larga escala, as demandas dos Empreendimentos Econômicos Solidários. O balanço apresentado a seguir compreende um arco histórico de cerca de 15 anos, embora curto, bastante significativo para analisar os avanços e limites da política pública de Economia Solidária e, sobretudo, um marco para a reconstrução em curso da Economia Popular e Solidária.

A Economia Solidária brasileira transitou por alguns ciclos de desenvolvimento desde sua origem no Brasil. É possível afirmar que o primeiro ciclo foi caracterizado pelas experiências desenvolvidas nas décadas de 1980, 1990 e 2000, que estabeleceram as bases conceituais e práticas deste movimento. O segundo ciclo, iniciado em 2003 e estendendo-se até 2022, com a estruturação de ações e avanço na direção de políticas públicas, que está dividido em duas fases distintas: na primeira, durante os governos Lula-Dilma (2003-2016), houve um período de expansão, onde a economia solidária ganhou impulso tanto na sociedade quanto em termos



de políticas públicas. A segunda fase, sob os governos Temer-Bolsonaro (2016-2022), foi caracterizada por retrocessos e desafios, incluindo o desmantelamento de políticas públicas voltadas para a economia solidária.

Com a eleição de Lula em 2022, inicia-se um terceiro ciclo, promissor, focado na reconstrução e fortalecimento da Economia Popular e Solidária como um pilar para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do Brasil.

4.2.1. Acúmulos e avanços

Destacamos os progressos significativos da primeira fase do segundo ciclo (2003-2016) no processo de reconstrução da Economia Solidária no Brasil. Apesar dos desafios impostos pelas administrações Temer-Bolsonaro, não recomeçamos do zero.

Essa etapa apresentou avanços para a consolidação da Economia Solidária no país, representando conquistas em muitos campos que foram fundamentais para luta de resistência nos anos 2016-2022 e são referenciais fundamentais para atual reconstrução e retomada do horizonte estratégico da Economia Popular e Solidária.

Cabe destacar, como balanço geral de políticas públicas, o surgimento de uma cultura de autogestão, antes inexistente no país, que tem expressão forte na educação popular e na pedagogia da autogestão. Essa cultura estimulou o sentimento de pertencimento das bases ao movimento social da Economia Solidária, isto é, um movimento de base que, embora fragmentado, se mostrou consistente em diversas lutas comuns.

Estimulados por programas nacionais vinculados à SENAES, foram percebidos acúmulos em diversos campos de ação da economia solidária, como produção, comercialização e feiras, finanças solidárias, redes e cadeias, etc. Além de construções e sistematização de metodologias e importantes construções teóricas a respeito de território e territorialidades, redes de cooperação solidárias, finanças solidárias, pedagogia/educação, sistematização, etc., que podem ser encontrados nas inúmeras publicações da rede de Centros de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária, Rede CFES.

Neste período, ainda foram constatados avanços importantes como a constituição de uma base de dados oriunda do Sistema de informações em Economia Solidária – SIES, do Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários – Cadsol e a Plataforma Cirandas. No campo das universidades, houve significativos acúmulos de produção intelectual, baseados em estudos e pesquisas de campo e participação na construção dos saberes, incluindo uma rede de pesquisadores engajados e militantes da Economia Popular e Solidária e também a ampliação dos processos de incubação de EES, com significativo empenho da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP's, e da Rede UNITRABALHO.

Gradativamente, se fortaleceram estruturas políticas da Economia Solidária, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, importante sujeito político histórico, mas também outras iniciativas como as Centrais de Empreendimentos, Cooperativas e Associações, como Unicopas, CONCRAB, Unisol, Unicatadores e Unicafes.



Além disso, constituíram-se, politicamente, redes como a de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários, de educadoras e educadores, de economia solidária feminista (RESF), de juventudes (JUVESOL), de incubadoras de cooperativas populares (ITCP's e UNITRABALHO).

Para a institucionalização da política pública, mas também de incidência e articulação, surge o Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES e Conselhos em alguns estados e municípios brasileiros, junto com a criação de legislações de âmbito municipal e estadual. Nacionalmente, construiu-se uma minuta de Lei para a criação da Política Pública de Economia Solidária que tramita, atualmente, no Senado Federal. Surgiram também Frentes Parlamentares que ajudaram a pautar a Economia Solidária como política de Estado.

Por fim, destacam-se avanços importantes da participação social em momentos coletivos como as Plenárias e Conferências de Economia Solidária, com especial destaque para a 3ª CONAES, cujo resultado foi a construção do 1º **Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2109)**, referência para reconstrução da Economia Solidária porque, pela primeira vez, a Economia Solidária traça uma estratégia referencial para um período.

4.2.2. Os desafios pós golpe

Após o golpe de 2016, imperou a lógica neoliberal com a postura de valores da concorrência e competição entre trabalhadores e trabalhadoras, do individualismo, do empreendedorismo e da meritocracia frente à desestruturação do mercado de trabalho (desemprego, informalidade etc.).

Houve uma sequência de desmonte de políticas públicas voltadas ao empoderamento e autonomia das populações mais vulneráveis, assim como avanço da reforma trabalhista, com redução de direitos e a previdenciária, com maiores complicações para as pessoas com mais idade. A SENAES foi uma das primeiras estruturas de governo a sofrer um desmonte, o que conseqüentemente paralisou todas as ações de apoio aos empreendimentos espalhados pelo Brasil. O Ministério do Trabalho e Emprego – TEM também foi extinto e órgãos de participação social, como o CNES, foram paralisados. Os projetos de leis, inclusive que criava o Sistema Nacional de Economia Solidária, foi paralisado no Congresso.

A falta de políticas públicas adequadas comprometeu o desenvolvimento de diversas iniciativas existentes, colocando em risco a continuidade de muitos EES, que deixaram de receber apoio governamental e, conseqüentemente, afetou a renda de mais de 1,6 milhões de pessoas que dependem do trabalho realizado na economia popular e solidária.

A economia popular e solidária ainda nutre dependência de políticas públicas porque não tem capital e encontra políticas desfavoráveis para acesso à crédito pela maioria dos EES que veem os esforços e incentivos públicos serem direcionados para grandes empresas ou o empreendedorismo individual. O acesso ao fomento público deve ser estendido à economia popular e solidária por direito e necessidade visto que nela estão aqueles e aquelas que vêm garantido a sua vida pela resistência, teimosia e capacidade de “tirar leite



das pedras” e de fazer o “milagre do pão”. Como diz Conceição Evaristo “eles nos querem mortos, mas nós nos queremos vivas!”

A dissolução da SENAES, aliada à fragmentação das políticas públicas rurais e urbanas no período de 2015 a 2022 comprometeu não apenas o orçamento público, mas também a percepção ampla da economia popular e solidária e, conseqüentemente, a implementação de políticas públicas. Com isso, a SENAES foi perdendo sua importância e deixando de cumprir o seu papel como articuladora das políticas públicas de economia popular e solidária. Após a fusão das pastas do Trabalho e Previdência, através da medida provisória nº 696, o Paul Singer, Secretário da pasta desde sua criação, deixa o governo e é seguido por diretores, coordenadores e técnicos engajados. Logo em seguida a SENAES foi rebaixada ao status de subsecretaria, ligada ao gabinete do Ministro. O golpe final, para a economia popular e solidária ocorreu em 2019, através da medida provisória nº 870, que extinguiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária, que foi transformada em um Departamento da Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana, no Ministério da Cidadania.

A redução do orçamento da SENAES é evidente quando se comparam os valores alocados durante os mandatos de Lula e Dilma com os do governo Bolsonaro. O Plano Plurianual de 2008 a 2011 contou com um orçamento de 208,1 milhões de reais, enquanto para o ano de 2023, no governo Bolsonaro, foram destinados somente 2 milhões de reais para a Economia Solidária.

Como se pode ver nas linhas acima, o que se seguiu com o Golpe de 2016 retirou as condições para implementação do Plano Nacional de Economia Solidária (2014-2019), aprovado na 3ª CONAES, em 2014, logo após a reeleição de Dilma Rousseff. E, finalmente, com a vitória de Lula em 2022, abre-se um novo ciclo de reconstrução.

4.2.3. Desafios e oportunidades para a reconstrução

As eleições de 2022 representaram um grande desafio de enfrentamento ao poder das forças políticas conservadoras e o influente setor econômico. A complexidade da situação é exacerbada pela presença de um Congresso majoritariamente conservador, que frequentemente impõe obstáculos às propostas de progresso democrático vindas do poder executivo e dos grupos sociais ativos. Estamos atravessando um período de grande turbulência e que ainda permanecem sob ameaça os direitos conquistados e aqueles por conquistar.

É verdade, porém, que os desafios para a implementação desta estratégia, em um governo de frente ampla, são imensos. Há, ainda, resquícios importantes de pensamento e práticas conservadoras na administração pública, herdados do governo anterior. O parlamento, igualmente conservador, com o mecanismo das emendas parlamentares, de bancada e de comissão, pressionam o governo e diminuem sua autonomia. Em outra frente, o mercado financeiro, altamente especulativo, demanda cada vez mais sinalizações agressivas



na economia que, tradicionalmente, beneficiam apenas grandes investidores, empresas, etc., novamente deixando a população empobrecida desamparada.

Embora a participação social tenha ganhado mais espaço nos últimos governos democráticos e populares (Lula e Dilma), é importante perceber que estes espaços, por si só, não asseguram a sustentabilidade de um projeto amplo e democrático de sociedade, sendo necessário encontrar novas formas de dialogar com as a classe média e com as pessoas mais empobrecidas, sobretudo de periferias urbanas. Há uma janela de oportunidade com a eleição do Lula que precisa ser aproveitada para ampliação de processos formação e conscientização baseados na educação popular para a emancipação das pessoas.

É importante, igualmente, avançar na constituição de um ambiente jurídico favorável, que regule a política pública e estimule as compras públicas de produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários, assim como ocorreu com PAA e PNAE, para a agricultura familiar. Conquistas como essa são importantes porque não estimulam apenas a comercialização, mas também proporcionam novas formas de organização das bases, como, por exemplo, organização de empreendimentos para construção das casas do Programa Minha Casa Minha Vida, ou então, ampliação de contratação de serviços de coleta seletiva de empreendimentos de reciclagem, entre outros.

Com a reestruturação da SENAES sob a nova gestão do governo Lula e sua integração ao Ministério do Trabalho, enfrenta desafios enormes. A Secretaria foi encontrada em estado de desintegração, desprovida de pessoal e com a perda de documentos importantes e registros históricos. Essa situação apresentou obstáculos consideráveis para os esforços de reorganização e fortalecimento da SENAES em 2023. Além disso, o orçamento disposto para a reestruturação da SENAES em 2023 foi pouco mais do que 2 milhões de reais, impossibilitando a realização de chamadas públicas para rearticulação e fortalecimento da economia popular solidária nos territórios.

A retomada da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária é, além de simbólica, estratégica para a rearticulação do campo popular no país porque ela congrega centenas de milhares de pessoas e interage com diversos campos articulados da sociedade. É preciso, no entanto, não transferir uma responsabilidade, que é coletiva, para uma estrutura governamental porque, isolada, e com baixa capacidade orçamentária, não teria condições de ampla mobilização popular. Neste sentido, a convocação para a 4ª CONAES poderá ser o fator de estímulo ao debate e à reorganização popular no campo da Economia Solidária.

Neste contexto, um dos principais desafios é a retomada do seu protagonismo na estratégia de desenvolvimento em nível nacional que permita a construção de um Projeto Nacional Democrático e Popular, articulando-se com os outros movimentos sociais para que também incorporem a autogestão ao trabalho associado, em suas estratégias políticas.

Diante do diagnóstico da real situação da SENAES e das necessidades de retomada e fortalecimento das iniciativas de Economia Popular e Solidária no Brasil, quais ações devemos desenvolver para que essa rearticulação possa acontecer junto a Economia Popular e Solidária nos territórios, municípios e estados de todo País?



4.3. As mulheres que vivem e trabalham com a economia popular e solidária

As mulheres da economia popular e solidária são trabalhadoras dos campos, das águas, das florestas e das cidades, principalmente nas periferias urbanas das grandes cidades, mas são também povos originários e populações tradicionais. Organizadas em grupos, movimentos, entidades, empreendimentos e redes, se vinculam aos feminismos, à agroecologia e agricultura urbana e periurbana, ao trabalho artesanal, ao trabalho de catadoras de resíduos, à pesca, à produção de alimentos e vestuário, à cultura, a produção de conhecimentos e tecnologias sociais, entre outras. São as que, junto com tantas outras, primeiro acolhem os seres humanos gerados para garantir a continuidade da sociedade, são as que se apoiam para compartilhar as dores geradas pela violência machista e racista que a sociedade patriarcal e capitalista produz (carta do Grupo de Trabalho das Mulheres do FBES, jan/2023).

Para muitas das mulheres que vivem na e da economia popular solidária, ela é a possibilidade de garantir os meios de vida nos territórios e comunidades, ampliar e potencializar a capacidade de trabalho e de vida com bem viver, com sustentabilidade e respeito a todos os seres humanos e à natureza, com uma prática política voltada para desconstrução das violências e opressões estruturais do machismo, racismo e diferentes formas de opressões.

As mulheres estão no dia a dia buscando garantir o alimento para as nossas famílias em diferentes territórios numa perspectiva de reprodução ampliada da vida, na luta por uma vida melhor. Esta realidade explicita a interdependência estrutural e permanente entre o trabalho produtivo e a reprodução da vida nas suas diversas dimensões, o que é fundamental para o funcionamento da sociedade, mas que, é invisível e desconsiderado, e ultrapassa a capacidade de leitura dos indicadores econômicos tradicionais, afirma o documento da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF) “Uma economia para o Bem Viver: propostas para reconstrução e transformação do Brasil com LULA LÁ e nós tod@s junt@s!”(set.22).

Os empreendimentos que as mulheres fazem parte enfrentam um conjunto de dificuldades decorrentes da condição de invisibilidade do trabalho reprodutivo na economia capitalista. Os cuidados com as crianças, os enfermos, os mais velhos a alimentação etc. não podem mais ser de responsabilidade apenas da mulher. A reprodução social e os cuidados devem ser alçados à responsabilidade das políticas públicas e do Estado.

O golpe misógino de 2016 e sua sequência de horrores colocaram cerca de metade da população economicamente ativa (IPEA) na informalidade. As mulheres que estão trabalhando na economia popular e solidária não têm acesso à proteção previdenciária e ao direito do trabalho associado. O desmonte dos serviços públicos acarretou a diminuição das responsabilidades do Estado e na ampliação da mercantilização dos cuidados com a vida (e quem pode pagar pode delegar o cuidado, muitas vezes com a contratação de trabalho precário), recaindo ainda mais sobre as famílias de trabalhadores (grande maioria da população) e dentro destas, sobre as mulheres, a responsabilidade com a reprodução social.



Mesmo com a vitória de Lula, neste momento no Brasil, as mulheres ainda enfrentam, pesadamente, no cotidiano, o conflito entre o capitalismo patriarcal e colonialista e a vida. Há uma violência que precisa acabar.

Na 3ª CONAES, em 2014, houve uma expressiva participação das mulheres, contribuindo com proposições diversas, em todos os Eixos do Plano Nacional de Economia Solidária 2015/2019, o que revela a pujança e participação política das mulheres que fazem a economia solidária.

As mulheres são profundamente inseridas em suas comunidades, tendo papel de lideranças locais e trabalhando comunitariamente para o desenvolvimento delas, e têm construído experiências muito importantes com seu trabalho na economia solidária.

4.4. Juventudes e economia popular e solidária

As iniciativas de políticas públicas voltadas para a juventude no Brasil, de um modo geral, enfrentam desafios significativos, incluindo violações e falta de visibilidade. Os progressos realizados sob governos democráticos foram mínimos, e os últimos anos testemunharam vários retrocessos. As ações para promover a inclusão efetiva de jovens, tanto em áreas rurais quanto urbanas, foram limitadas. Isso se deve, em parte, à necessidade de desenvolver ou aprimorar ferramentas que identifiquem as necessidades específicas desse grupo, bem como à carência de projetos e suporte técnico que incentivem a auto-organização e liderança de jovens em empreendimentos. Destaca-se a necessidade de expandir o engajamento na economia solidária, especialmente entre jovens, mulheres, quilombolas, povos de terreiro e outras comunidades tradicionais. Vê-se isso como um caminho para a emancipação, liderança ativa e inclusão desses grupos, fortalecendo suas vozes e contribuições na sociedade.

Neste sentido, é importante avançar em estímulos concretos para a formação de cooperativas, coletivos e empreendimento de economia solidária formados por jovens, assegurando investimentos em equipamentos e insumos, permitindo que os empreendimentos cresçam e se tornem sustentáveis. Do mesmo modo, é preciso ampliar esforços para a criação e o fortalecimento de Redes de Juventudes em Economia Solidária para garantir que os jovens não apenas participem, mas também liderem iniciativas que promovam a autogestão e a cooperação. A realização de festivais, feiras, plenárias e seminários, além do intercâmbio entre campo e cidade, são momentos cruciais para a troca de conhecimentos e experiências, bem como para a celebração das conquistas da comunidade.

Em uma perspectiva de articulação, garantir um espaço de diálogo sobre a economia solidária no Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) significa reconhecer a importância da participação juvenil na construção das políticas públicas. Cabe ainda, reforçar uma articulação interministerial que permita a dinamização das políticas públicas voltadas para este segmento. Outro fator importante é a constituição e o fortalecimento de políticas de crédito acessíveis e justas são passos vitais para dar aos jovens empreendedores os recursos financeiros necessários para iniciar e expandir seus negócios.



Por fim, fomentar a participação da juventude no turismo de base comunitária não apenas valoriza a cultura e a história locais, mas também promove o desenvolvimento econômico de maneira sustentável e inclusiva. Essas estratégias, quando implementadas de forma colaborativa e com o apoio de políticas públicas eficazes, têm o potencial de criar um futuro mais brilhante e equitativo para a juventude e para a sociedade como um todo.

